



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Cedro

LEI Nº 390/2013, DE 15 DE JULHO DE 2013.

Institui o Programa de Recuperação de Créditos Tributários, ou não, no Município de Cedro (REFIS), concede anistia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEDRO, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício do cargo, pelo que lhe confere a Lei Orgânica do Município – LOM:

Faço saber que a Câmara Municipal de Cedro – Ceará, em Sessão Ordinária realizada no dia 15 de julho de 2013, em primeira e única discussão aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei trata da instituição, disciplinamento e aplicação do programa de recuperação de créditos tributários, ou não, e de incentivo à adimplência no Município de Cedro.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO, ALCANCE, FORMA E CONDIÇÕES

Seção I Da Instituição e Alcance do Programa

Art. 2º - Fica criado no Município de Cedro o Programa de Recuperação de Créditos Tributários, ou não, (REFIS), destinado a possibilitar, nas condições estabelecidas nesta Lei, o pagamento de créditos da Fazenda Pública, inscritos ou não como Dívida Ativa do Município, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012.

§ 1º - Excetuam-se do disposto neste artigo os créditos, tributários ou não, já executados judicialmente, com bens penhorados ou com efetivação de depósitos em dinheiro, os quais somente poderão ser pagos ou parcelados após manifestação da Procuradoria Geral do Município (PGM).

§ 2º - Os créditos sob discussão judicial poderão ser objeto de pagamento ou parcelamento na forma prevista nesta Lei, desde que o interessado desista da ação ou dos embargos à execução, nos respectivos autos judiciais, inclusive na hipótese do § 1º deste artigo, considerando-se confissão irretratável do débito.



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Cedro

§ 3º - Não será objeto de anistia o débito oriundo de imputação de débito de qualquer dos tribunais de contas nacionais, fazendo jus o devedor somente a possibilidade de parcelamento dos débitos sem qualquer desconto, concedendo-se parcelamento máximo de 10 (dez) parcelas.

Seção II Da Forma e Condições do REFIS

Art. 3º - Os créditos tributários objeto do pagamento ou do parcelamento de que trata esta Lei, serão consolidados na data da adesão do sujeito passivo ao REFIS constituindo-se do valor principal, atualização monetária, penalidade pecuniária, juros e multas moratórias.

Art. 4º - Os benefícios previstos nesta Lei somente serão concedidos ao sujeito passivo que estiver em situação fiscal regular perante à Fazenda Pública Municipal, no exercício em que requerer a adesão ao REFIS.

Parágrafo único - O sujeito passivo que se encontre em débito com a Fazenda Pública Municipal resultante de créditos tributários vencidos no exercício em que requerer o parcelamento, poderá efetuar o pagamento destes créditos em até 06 (seis) parcelas, considerando-se, a partir da obtenção do parcelamento, em situação fiscal regular para os efeitos desta Lei.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DO REFIS

Seção I Do Pagamento

Art. 5º - Ocorrendo o pagamento à vista dos créditos tributários vencidos e consolidados na forma do art. 2º desta Lei, serão concedidos descontos de 100% (cem por cento) na multa e juros moratórios e de 80% (oitenta por cento) na atualização monetária e na penalidade pecuniária, quando for o caso.

§ 1º - O benefício previsto neste artigo somente será concedido ao sujeito passivo que efetuar o pagamento do crédito tributário de uma única vez.

§ 2º - Na hipótese de o crédito tributário ser formado apenas de penalidade pecuniária, poderá ser quitado com desconto de 60% (sessenta por cento) do seu montante.



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Cedro

Seção II
Do Parcelamento e do Valor das Parcelas

Subseção I
Do Parcelamento

Art. 6º - Os créditos tributários vencidos e consolidados na forma do art. 2º desta Lei poderão ser pagos em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas sem descontos de juros e multa, e até 12 (doze) parcelas, com vencimento no último dia útil de cada mês, com descontos na multa e juros moratórios de até:

I - 80% (oitenta por cento), quando a liquidação ocorrer em até 2 (duas) parcelas;

II - 70% (setenta por cento), quando a liquidação ocorrer em até 6 (seis) parcelas;

III - 60% (sessenta por cento), quando a liquidação ocorrer em até 8 (oito) parcelas;

IV - 50% (cinquenta por cento), quando a liquidação ocorrer em até 12 (doze) parcelas.

Parágrafo único - Será também concedido benefício equivalente à redução de 50% (cinquenta por cento) na atualização monetária e na penalidade pecuniária, quando for o caso, aos sujeitos passivos a que se refere as alíneas "a" e "b", do inciso I, do art. 7º, desta Lei.

Subseção II
Do Valor das Parcelas

Art. 7º - O valor de cada parcela mensal não pode ser inferior a:

I - para os estabelecimentos enquadrados no sistema de tributação estabelecido pela **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

a) R\$ 50,00 (cinquenta reais), para os parcelamentos concedidos ao empresário individual a que se refere o art. 68;

b) R\$ 100,00 (cem reais), para os parcelamentos concedidos às microempresas a que se refere o § 18, do art. 18;

c) R\$ 200,00 (duzentos reais) para os parcelamentos concedidos aos demais estabelecimentos;

II - R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas;

III - R\$ 300,00 (trezentos reais) nos parcelamentos de pessoas jurídicas tributadas pelo regime normal.



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Cedro

Seção III
Da Manutenção do REFIS

Art. 8º - O sujeito passivo beneficiado com o parcelamento nas condições do art. 6º desta Lei fica obrigado a manter sua regularidade fiscal, inclusive com os tributos vincendos, sob pena de ter seu benefício cancelado.

Parágrafo único. O cancelamento a que se refere este artigo implica na recomposição dos valores do crédito tributário originário como se benefício algum tivesse havido.

Art. 9º - Relativamente a parcelamento realizado com base nesta Lei, consideram-se vencidas, imediata e antecipadamente, todas as parcelas não pagas, retornando o crédito à situação anterior ao parcelamento, quando:

I - ocorrer inadimplência acumulada de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, do parcelamento realizado;

II - ocorrer inadimplência de 3 (três) parcelas de créditos tributários, cujos fatos geradores tenham ocorrido após a concessão do parcelamento de que trata esta Lei.

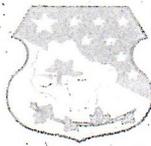
Parágrafo único - O cancelamento do parcelamento dar-se-á, de forma automática, na hipótese do inciso I deste artigo.

CAPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - Em qualquer fase do parcelamento realizado com base nesta Lei, o sujeito passivo poderá pagar antecipadamente as parcelas vincendas com os mesmos benefícios inerentes ao pagamento à vista quanto ao saldo devedor, desde que esteja com a situação fiscal regular no exercício em curso.

Art. 11 - O recebimento por parte da Fazenda Pública Municipal do valor da primeira parcela, no prazo de seu vencimento, importa aceitação tácita dos termos do parcelamento proposto pelo devedor.

Art. 12 - Os créditos tributários objeto de parcelamento, serão consolidados na data da assinatura do termo de acordo e expresso em reais, sendo atualizado monetariamente, de acordo com a legislação vigente.



Estado do Ceará

Prefeitura Municipal de Cedro

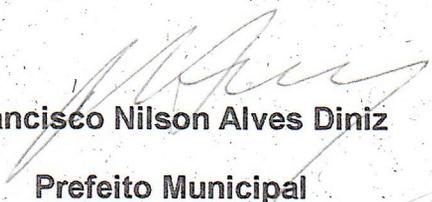
Art. 13 - A data limite para concessão do parcelamento de que trata esta Lei será 30 de novembro de 2013.

Art. 14 - O chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos necessários à regulamentação da presente Lei.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO,

EM 15 DE JULHO DE 2013.


Francisco Nilson Alves Diniz

Prefeito Municipal



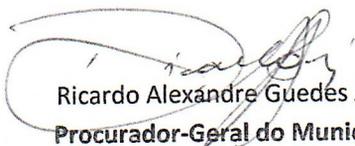
Estado do Ceará
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO

TV. Liberato Moacir de Aguiar, S/N – Centro – CEP: 63.400-000
CNPJ: 07.812.241/0001-84

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que, no dia 15 de julho de 2013, por força da sanção do projeto de lei aprovado em anexo, fiz constar, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Cedro, **A LEI MUNICIPAL NÚMERO 390/2013 QUE TEM POR OBJETO INSTITUIR O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, OU NÃO, NO MUNICÍPIO DE CEDRO (REFIS), CONCEDE ANISTIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, conforme disposto no art. 104, § 1º da Lei Orgânica do Município do Cedro, considerando-se publicada na data de hoje.

Cedro, 15 de julho de 2013



Ricardo Alexandre Guedes Jucá
Procurador-Geral do Município